

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
CAMPUS DE ENGENHARIAS E CIÊNCIAS AGRÁRIAS  
PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO NA REFORMA AGRÁRIA  
BACHARELADO EM AGROECOLOGIA

MIQUERLANE BARBOSA SILVA

A POLÍTICA NACIONAL DE ATER NA PERSPECTIVA AGROECOLÓGICA PARA OS  
ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA: UMA BREVE ANÁLISE DOS  
PROGRAMAS DO GOVERNO LULA NO PERÍODO 2023-2024

RIO LARGO - AL  
2024

MIQUERLANE BARBOSA SILVA

**A POLÍTICA NACIONAL DE ATER NA PERSPECTIVA AGROECOLÓGICA PARA  
OS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA: UMA BREVE ANÁLISE DOS  
PROGRAMAS DO GOVERNO LULA NO PERÍODO 2023-2024**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Bacharelado em Agroecologia da Universidade Federal de Alagoas, vinculado ao Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Agroecologia.

Orientadora: Profa. Dra. Franqueline Terto dos Santos

Rio Largo-AL  
2024

**Catálogo na Fonte**  
**Universidade Federal de Alagoas**  
**Biblioteca Campus de Engenharias e Ciências Agrárias**  
Bibliotecário Responsável: Erisson Rodrigues de Santana - CRB4 - 1512

S586p Silva, Miquerlane Barbosa

A política nacional de ater na perspectiva agroecológica para os assentamentos de reforma agrária: uma breve análise dos programas do governo lula no período 2023-2024. / Miquerlane Barbosa Silva. – 2024.

25 f.: il.

Orientador(a): Franqueline Terto dos Santos.

Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Agroecologia - PRONERA) – Graduação em Agroecologia - PRONERA, Campus de Engenharias e Ciências Agrárias, Universidade Federal de Alagoas. Rio Largo, 2024.

Inclui bibliografia

1. Assentamentos Rurais. 2. Políticas Públicas. 3. Agroecologia. 4. Ater I. Título.

CDU: 631.95

## FOLHA DE APROVAÇÃO


MIQUERLANE BARBOSA SILVA

A POLÍTICA NACIONAL DE ATER NA PERSPECTIVA AGROECOLÓGICA  
PARA OS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA: UMA BREVE  
ANÁLISE DOS PROGRAMAS DO GOVERNO LULA NO PERÍODO 2023-2024

Trabalho de Conclusão de Curso - TCC apresentado à Universidade Federal de Alagoas  
– UFAL, Campus de Engenharias e Ciências Agrárias - CECA, como pré-requisito para  
obtenção do grau de Bacharel(a) em Agroecologia.

Data de Aprovação: 05/12/2024.

Banca Examinadora

Documento assinado digitalmente  
 FRANQUELINE TERTO DOS SANTOS  
Data: 31/12/2024 00:56:40-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


---

Prof.(a) Dr.(a) FRANQUELINE TERTO DOS SANTOS  
Universidade Federal de Alagoas – UFAL  
Universidade de Pernambuco – UPE  
(Orientadora)

Documento assinado digitalmente  
 JAKES HALAN DE QUEIROZ COSTA  
Data: 31/12/2024 14:06:25-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof. Dr. JAKES HALAN DE QUEIROZ COSTA (CECA/UFAL)  
Centro de Ciências Agrária - CECA  
Universidade Federal de Alagoas – UFAL

Documento assinado digitalmente  
 FABIANO LEITE GOMES  
Data: 26/12/2024 17:38:05-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Engenheiro Agrônomo Dr. FABIANO LEITE GOMES  
ARTICULAÇÃO ALAGOANA DE AGROECOLOGIA (REDE MUTUM)

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar minha sincera gratidão a todas as pessoas e instituições que contribuíram para a realização deste trabalho. Em primeiro lugar, agradeço à Universidade Federal de Alagoas (Ufal), ao Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) e ao *Campus* de Engenharias e Ciências Agrárias (Ceca), pelo suporte acadêmico e pelas oportunidades oferecidas ao longo do curso de Bacharelado em Agroecologia.

Agradeço também a minha orientadora e aos meus professores, cujas orientações, discussões e ensinamentos foram fundamentais para a construção deste artigo. Em especial, à Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Franqueline Terto, cujas ideias sobre a Ater e agroecologia me nortearam a admirar e aprofundar esse estudo.

Agradeço também ao professor Rafael Navas (*in memoriam*), pela coragem e determinação para realização desse curso.

À minha família, que sempre me apoiou e incentivou a seguir em frente, mesmo nos momentos de dificuldade — em especial ao meu pai, Iranildo Manoel, e à minha mãe, Risoneide Barbosa, por todo esforço e pela luta diária para alcançar nossos objetivos, sou imensamente grata.

Agradeço ao meu namorado, Erik Galdino, por todo esforço dado para a conclusão desse curso. À minha filha Helena, por me fazer ficar de pé nesse último ano, por ter me dado forças para continuar lutando. E à minha amiga Thainara, que, mesmo longe, esteve sempre presente com uma mensagem incentivadora.

Por fim, agradeço aos colegas e amigos que contribuíram de diversas formas para o meu crescimento acadêmico e pessoal, tornando esta jornada mais rica e significativa. Em especial aos meus amigos de curso, Cristina (que inclusive se tornou uma amiga pra vida), Erick Carlos, Victor Teixeira, Paulo Victor e Lucas Nunes.

## RESUMO

Este artigo resulta de uma pesquisa que objetivou examinar o “cenário” atual das políticas públicas para a agricultura familiar, com ênfase na análise da Política de Assistência Técnica e Extensão Rural destinada aos assentamentos de reforma agrária e a perspectiva da agroecologia. A metodologia consistiu em pesquisa bibliográfica, norteadas pelas categorias “assentamentos rurais”, “políticas públicas”, “assistência técnica e extensão rural” e “agroecologia”; e pesquisa documental, considerando dados e informações sobre os assentamentos, Ater, políticas e programas governamentais fornecidos pelo IBGE e órgãos governamentais. O trabalho aborda a evolução histórica da Ater no Brasil, o significado dos assentamentos rurais de reforma agrária e as necessidades específicas dos trabalhadores e trabalhadoras rurais assentados/as em termos de assessoramento técnico-científico e de ações de extensionismo rural. Além disso, analisa alguns dos recentes programas governamentais, do período de 2023 à 2024, que buscam fortalecer a agricultura familiar e promover a agroecologia, na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável.

**Palavras-chave:** Assentamentos Rurais; Políticas Públicas; Ater; Agroecologia.

## ABSTRACT

This article is the result of a research that aimed to examine the current “scenario” of public policies for family farming, with emphasis on the analysis of the Technical Assistance and Rural Extension Policy aimed at agrarian reform settlements and the perspective of agroecology. The methodology was carried out through bibliographic research guided by the categories “rural settlements”, “public policies”, “technical assistance and rural extension” and “agroecology”; as well as through documentary research, considering data and information on the settlements, Ater, government policies and programs provided by the IBGE and government agencies. This paper addresses the historical evolution of Ater in Brazil, the meaning of rural agrarian reform settlements and the specific needs of rural workers in terms of technical-scientific advice and rural extension actions. In addition, the study analyzes some of the recent government programs of the current Lula government that seek to strengthen family farming and promote agroecology, from the perspective of sustainable rural development.

**Keywords:** Rural Settlements; Public Policies; Ater; Agroecology.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>7</b>
<b>2</b>	<b>A ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (ATER) NO BRASIL: BREVE TRAJETÓRIA HISTÓRICA.....</b>	<b>9</b>
<b>3</b>	<b>ASSENTAMENTOS RURAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS.....</b>	<b>12</b>
<b>4</b>	<b>POLÍTICAS E PROGRAMAS PÚBLICOS DE ATER DE BASE AGROECOLÓGICA NO GOVERNO FEDERAL .....</b>	<b>17</b>
<b>4.1</b>	<b>Perspectivas de Retomada de Ações, Serviços e Políticas Agrárias e Agrícolas com ênfase na Agroecologia no Governo Federal .....</b>	<b>22</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>24</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>25</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Este artigo é apresentado como o Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) de Bacharelado em Agroecologia, vinculado ao Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) e ao *Campus* de Engenharias e Ciências Agrária (Ceca), da Universidade Federal de Alagoas (Ufal). O trabalho aborda as políticas públicas para a agricultura familiar do Governo Federal Brasileiro, sua relação com os assentamentos de reforma agrária e com a agroecologia, enfatizado a Política nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER).

Por um lado, a escolha do tema se justifica pelos diálogos estabelecidos ao longo do curso, nos quais as discussões sobre políticas públicas e agroecologia permearam as disciplinas que destacavam a relevância dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural para o desenvolvimento, a ampliação e o fortalecimento das práticas agroecológicas, consolidadas ou em transição no âmbito da agricultura familiar. Por outro lado, deve-se também à vivência pessoal e familiar no Assentamento Nova Esperança, no sertão do município de Olho d' Água do Casado-AL, onde foi possível observar de perto os desafios enfrentados no acesso à Ater para o fortalecimento da agricultura familiar. As questões ligadas ao acesso às políticas públicas eram e ainda são evidentes no cotidiano das famílias assentadas. O tema também foi escolhido tanto devido à sua relevância acadêmica na formação em Agroecologia no âmbito do Pronera, quanto pela relevância social para as populações do campo, em especial dos assentamentos rurais e movimentos sociais de luta pela terra e na terra.

A Ater é amplamente reconhecida como serviço fundamental para o desenvolvimento rural sustentável. Essa concepção é defendida por autores como Francisco Caporal e Costabeber (2004), que a consideram um importante mecanismo para a promoção de práticas agroecológicas, o fortalecimento da agricultura familiar e a integração de saberes tradicionais ao processo de produção sustentável. Segundo eles, a Ater não é apenas um meio técnico, mas também uma ferramenta social que contribui para a inclusão e a valorização das comunidades rurais (Caporal; Costabeber, 2004).

Esta pesquisa é orientada por um entendimento de que os serviços da Ater devem ser participativos, emancipadores e sustentáveis, alicerçados nos princípios da agroecologia e da educação popular. O papel da Ater vai além da mera orientação técnica, de caráter eminentemente prático. É um instrumento de transformação social e econômica que pode gerar equidade, sustentabilidade e dignidade para as comunidades rurais. De acordo com Paulo Freire: “[...] o ‘agente da mudança’, dificilmente perceberá esta obviedade: que, se seu empenho

é realmente educativo libertador, os homens com quem trabalha não podem ser objetos de sua ação. São, ao contrário, tão agentes da mudança quanto ele” (Freire, 2013, p. 36).

Objetivo principal é analisar o cenário atual da política e de programas da Ater, em nível federal, destinados aos assentamentos de reforma agrária, destacando as relações estabelecidas com os princípios da agroecológica. A pesquisa foi realizada por meio de pesquisa bibliográfica, norteadas pelas categorias “assentamentos rurais”, “políticas públicas”, “assistência técnica e extensão rural” e “agroecologia”; e de pesquisa documental, considerando fontes de dados e informações sobre os assentamentos no Brasil, políticas e programas públicos a partir de órgãos governamentais a nível federal — como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA).

O artigo está dividido em quatro seções principais. A primeira apresenta os principais marcos da Política nacional de Ater no Brasil, abordando sua evolução histórica e seus principais objetivos. A segunda está relacionada ao significado histórico e social dos assentamentos de reforma agrária e suas necessidades e demandas em relação ao acesso às políticas públicas e, em especial, aos serviços de Ater. Ainda nessa seção, apresentamos levantamento de alguns programas agrários em vigor em nível federal e que tenham alguma relação com a política e os serviços de Ater. A terceira seção apresenta um levantamento de programas federais de Ater em vigor e destaca a relação destes com a perspectiva agroecológica, buscando analisar seus limites e avanços. Destacamos alguns desafios e apontamos sugestões para o aprimoramento das políticas de Ater, especialmente no contexto de expansão e fortalecimento da transição agroecológica nos assentamentos rurais de reforma agrária.

## **2 A ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (ATER) NO BRASIL: BREVE TRAJETÓRIA HISTÓRICA**

A Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) no Brasil tem uma trajetória marcada por transformações históricas e conceituais, influenciadas por contextos socioeconômicos e modelos de desenvolvimento rural. As origens e os primeiros serviços no país remontam ao período que compreende de 1940 a 1970.

Segundo Figueiredo (2009), no Brasil a Ater teve início na década de 1940, com a criação da Associação de Crédito e Assistência Rural (Acar) em Minas Gerais, seguindo o modelo norte-americano do “Sistema de Extensão Cooperativa”. A proposta era aumentar a produtividade agrícola por meio de assistência técnica focada em grandes propriedades, priorizando a modernização e o uso intensivo de insumos químicos.

De acordo com Oliveira (1999), ao final da década de 1950, os serviços de Ater já se encontravam presentes na metade dos estados brasileiros, como em todos das regiões Sudeste e Sul, expandindo-se para os estados do Nordeste (Ceará, Pernambuco, Bahia, Rio Grande do Norte e Paraíba) e Centro-Oeste (Goiás). A expansão da Acar no território nacional propiciou a institucionalização efetiva de um serviço de Ater no país, que passou a ser coordenado, em 1956, pela Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (Abcar), entidade de caráter privado que congregou cada Acar segundo modelo centralizado e vertical de orientação (Caporal, 1998 apud Oliveira, 1999).

O período de 1970 a 1990 é considerado a “consolidação e centralização” da política de Ater no Brasil. Isto porque em 1974 foi criada a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater), que centralizou a coordenação dos serviços de extensão rural. Esse período foi marcado pela difusão das práticas da chamada “Revolução Verde”, voltadas para o aumento da produtividade agrícola, mas com severos impactos sociais e ambientais negativos, como a marginalização da agricultura familiar e a degradação ambiental. Já o período de 1990 a 2000 é considerado o de “descentralização e declínio” da Ater no país.

Isto por que o fechamento da Embrater em 1990, no contexto das políticas neoliberais, gerou crise e enfraquecimento na prestação de serviços de Ater. A descentralização do serviço para estados e municípios resultou em lacunas significativas, especialmente para os agricultores familiares. No entanto, a partir dos anos 2000, aponta-se um período de “reformulação”, dada a incorporação do tema da “Agroecologia”.

Com a criação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) em 2003, instituída pela Lei nº 12.188/2010, a Ater passou a priorizar a agricultura familiar e a reforma agrária, com base no princípio do “desenvolvimento rural sustentável”. Com base no

artigo 2º, a ATER deve ser entendida como: “[...] serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais” (BRASIL, 2010).

Segundo Caporal (2004), a PNATER marcou uma ruptura com o modelo produtivista, ao incorporar abordagem sistêmica que considera aspectos sociais, ambientais e culturais no campo. E, ainda conforme esse autor, a Ater deve ser entendida como um processo de “diálogo de saberes”, onde técnicos e agricultores trocam conhecimentos para a construção de sistemas produtivos sustentáveis. Essa visão contrasta com o modelo tecnicista tradicional, ao valorizar os saberes locais e promover a autonomia dos agricultores. A extensão rural moderna, fundamentada nos princípios da agroecologia, busca integrar dimensões ecológicas, sociais, culturais e econômicas, ampliando sua atuação para além da produção, e promovendo a soberania alimentar, a inclusão social e o desenvolvimento sustentável.

Nesse sentido, a Ater desempenha papel estratégico para promover práticas agrícolas sustentáveis, fortalecer a soberania alimentar e nutricional, estabelecer cadeias produtivas justas e solidárias, incluir socialmente os agricultores.

Entendemos que a trajetória da Ater no Brasil reflete a evolução de modelo produtivista e excludente para uma abordagem mais inclusiva e sustentável. Tendo a agroecologia como base conceitual, a Ater desempenha papel estratégico na consolidação da agricultura familiar e na promoção de um meio rural mais justo e equilibrado.

Consideramos que atualmente há três aspectos que marcam a necessidade e importância da Ater no Brasil: o aumento da produtividade agrícola, a segurança e soberania alimentar e o desenvolvimento rural sustentável.

O último Censo Agropecuário, realizado pelo IBGE em 2017, trouxe importantes dados sobre a Ater no Brasil, revelando lacunas e desafios no acesso dos agricultores familiares e assentados a esse serviço essencial. Em relação à cobertura de Ater, apenas 20,1% dos estabelecimentos agropecuários no Brasil declararam ter recebido algum tipo de assistência técnica nos 12 meses anteriores ao levantamento. Isso indica que a maioria dos agricultores ainda não tem acesso regular a serviços de orientação técnica, o que impacta negativamente a produtividade e sustentabilidade das práticas agrícolas. Em relação ao perfil dos beneficiários, os agricultores familiares são a maior parte dos produtores no Brasil e foram os principais beneficiados pela Ater.

No entanto, a política de Ater apresenta contradições e desafios significativos no contexto dos assentamentos de reforma agrária. Embora seja concebida para promover o desenvolvimento rural sustentável, frequentemente encontra barreiras na sua implementação —

como a falta de recursos, a descontinuidade dos programas e a desconexão com outras políticas públicas e as necessidades específicas dos assentados. Além disso, as práticas de Ater nem sempre se alinham com os princípios da PNATER ou da agroecologia, que exigem abordagem mais participativa e integrada.

### 3 ASSENTAMENTOS RURAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS

Os assentamentos rurais, além de serem áreas criadas por ação governamental como parte da política de reforma agrária no Brasil, são espaços onde famílias de trabalhadores e trabalhadores rurais são beneficiadas com a distribuição de terras pelo Estado brasileiro, e esses espaços rurais são territórios que têm raízes na histórica luta pela terra no Brasil, país marcado pela concentração fundiária e pelos conflitos entre grandes proprietários e pequenos agricultores sem-terra ou com acesso precário a ela, organizados coletivamente em movimentos sociais.

Figuroa (2006) questiona a eficácia das políticas públicas de reforma agrária, abordando as promessas feitas por diferentes governos e as limitações que impedem a transformação da estrutura fundiária brasileira. Destaca que a reforma agrária enfrenta dificuldades significativas devido à resistência de grandes proprietários de terras e à falta de planejamento estratégico adequado. Discute como a reforma agrária é vista por diferentes grupos, desafiando a visão de que sua implementação é um simples processo de redistribuição de terras.

Figuroa (2006), em sua análise, explora ainda as dificuldades enfrentadas pelos assentamentos rurais no Brasil. Observa que, embora a reforma agrária seja uma solução idealizada para os problemas de concentração de terras, os assentamentos frequentemente falham em atingir seus objetivos de longo prazo. A falta de infraestrutura, a escassez de recursos e a limitada assistência técnica são problemas recorrentes nos assentamentos. A reforma agrária precisa ir além da distribuição de terras e incorporar políticas de apoio à produção e à sustentabilidade das famílias assentadas.

Movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) desempenharam papel central ao reivindicarem a redistribuição de terras e a criação de assentamentos, com o objetivo de garantir justiça social, inclusão produtiva e o direito à terra como meio de trabalho e garantia de cidadania.

De acordo com Incra, o Brasil conta com 9.536 projetos de assentamentos criados e reconhecidos. Esses assentamentos estão distribuídos por todas as regiões do país, abrangendo uma área de mais de 88 milhões de hectares e beneficiando cerca de 1 milhão de famílias. A maior concentração está nas regiões Norte e Nordeste, em função da disponibilidade de terras e das condições socioeconômicas locais. Contudo, há assentamentos em todas as regiões, o que reflete a abrangência da política de reforma agrária no Brasil, destinada a promover o acesso à terra, a produção sustentável e a inclusão social.

A criação de assentamentos rurais no Brasil gera uma série de demandas por políticas públicas essenciais para promover a inclusão social, o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida das famílias assentadas. Entre essas demandas destacam-se a educação, que requer a construção de escolas e programas voltados à alfabetização e capacitação técnica no campo; a habitação, com a necessidade de infraestrutura básica — como moradias adequadas, saneamento e acesso à água —; e a saúde, por meio da oferta de serviços de atenção básica e acesso a unidades de saúde próximas. Além disso, há necessidade de comercialização dos produtos agrícolas, o que exige investimentos em infraestrutura logística e acesso a mercados, e de apoio à produção, por meio de insumos, crédito rural e equipamentos adequados.

Portanto, é importante entendermos que, após a conquista da terra, garantida pela política de distribuição de terras que cria os assentamentos rurais, o pleno desenvolvimento sustentável dos assentamentos — social, ambiental e econômico — depende da implementação de programas e serviços públicos diversos, bem como a articulação de diferentes políticas públicas.

No Brasil, há diversos programas de apoio e incentivo à agricultura familiar — os quais incluem os assentados da reforma agrária — que visam promover a sustentabilidade e inclusão social, além de melhorar a produção rural e a geração de renda no campo. O quadro 1 apresenta os principais programas governamentais e linhas de financiamento que podem ser acessados pelos assentados:

**QUADRO 1 – Programas federais de apoio à agricultura familiar do período de 2006 há 2024**

<b>PROGRAMA</b>	<b>LEGISLAÇÃO DE REFERÊNCIA</b>	<b>FINALIDADE</b>	<b>ÓRGÃO RESPONSÁVEL</b>
Crédito Instalação: Apoio Inicial, Fomento, Fomento Mulher, Fomento Jovem, Semiárido, Florestal, Recuperação Ambiental, Cacau, Habitacional e	Decreto nº 11.586/2023	Destinado às famílias beneficiárias do PNRA, o programa oferece crédito para apoiar assentados em diversas etapas, como aquisição de bens iniciais (ferramentas e materiais), apoio à produção, e construção de habitações. Esse crédito é fundamental para viabilizar o início das atividades nos assentamentos.	Incra

Reforma Habitacional			
Minha Casa Minha Vida (versão rural)	Lei nº 14.620, De 13 De Julho De 2023	Voltado para famílias de baixa renda no campo, incluindo assentados da reforma agrária, o programa oferece acesso à construção ou melhoria de habitações com financiamento subsidiado e condições especiais para agricultores familiares.	Ministério das Cidades
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)	Lei nº 11.326, De 24 De Julho De 2006	Disponibiliza linhas de crédito específicas para agricultores familiares, com juros subsidiados, para fomentar a produção e a comercialização. Muitas famílias assentadas utilizam o Pronaf para estruturar suas atividades produtivas.	Mapa
Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	Decreto nº 7.775/2012	Incentiva a compra direta de produtos da agricultura familiar, incluindo assentados, para distribuição em redes de segurança alimentar. Ele promove o escoamento da produção e a inclusão no mercado.	Mapa
Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	Lei nº 11.947/2009	Exige que pelo menos 30% dos alimentos adquiridos para a merenda escolar venham da agricultura familiar, beneficiando diretamente os assentados com produção excedente.	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)
Programa Bolsa Verde	Decreto nº 7.572/2011	Voltado para famílias em situação de extrema pobreza em áreas de assentamentos de reforma agrária, oferece auxílio financeiro a quem mantém práticas de preservação ambiental.	MMA
Programa Terra Sol	Decreto nº 7.572/2011	Focado na estruturação e fomento de agroindústrias em assentamentos, busca agregar valor à produção local e promover o desenvolvimento econômico.	MDA
Coopera Mais Brasil	Decreto nº 12.088	[...] fomentar as organizações dos agricultores familiares por meio do fortalecimento das cooperativas, associações e empreendimentos solidários.	MDA

Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais	Decreto nº 11.452/2023	[...] promover a autonomia econômica das mulheres do campo, das águas e da floresta, por meio da integração de políticas públicas voltadas à qualificação dos processos produtivos e econômicos, à geração de alimentos e produtos saudáveis e sustentáveis, à valorização do trabalho e ao fortalecimento das organizações de mulheres..	MDA
Programa de Regularização Fundiária	Lei nº 11.952/2009	Esse programa, implementado pelo Incra, visa a regularização fundiária das áreas de assentamento, proporcionando segurança jurídica para os agricultores, e facilita o acesso a políticas públicas, incluindo a assistência técnica. A regularização fundiária é fundamental para garantir que as famílias assentadas possam ter acesso a serviços básicos como educação, saúde e comercialização de seus produtos.	Incra

Fonte: elaborado pela autora, com dados da pesquisa (2024).

Esses são alguns dos programas<sup>1</sup> fundamentais para apoiar o desenvolvimento do setor rural no Brasil, promovendo a inclusão social, a sustentabilidade, a geração de renda e a melhoria da qualidade de vida no campo. Cada programa tem características específicas, mas todos visam fortalecer o produtor rural e estimular a agricultura familiar como pilar do desenvolvimento rural brasileiro.

Dentre os diversos programas governamentais apresentados acima, alguns se destacam pela abrangência e pelo impacto no desenvolvimento da agricultura familiar e no fortalecimento da economia rural. O Pronaf é, sem dúvida, um dos programas mais importantes e abrangentes, considerando que oferece crédito subsidiado com condições facilitadas para os pequenos produtores rurais. O PAA é fundamental para promover a comercialização da produção da agricultura familiar. Ao comprar alimentos diretamente de pequenos agricultores para abastecer escolas, hospitais e outras instituições públicas, o programa fortalece a renda dos produtores e combate a fome.

<sup>1</sup> Outros programas estão listados no site do MDA e pode ser acesso no link a seguir: <https://www.gov.br/mda/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas-projetos-aco-es-obras-e-atividades/programa-mais-alimentos>

Embora seja voltado para a alimentação escolar, o PNAE contribui indiretamente para os programas de Ater, ao apoiar a comercialização de produtos da agricultura familiar. O Programa compra alimentos produzidos por agricultores familiares para abastecer escolas e outras instituições públicas, criando uma rede de comercialização de alimentos sustentáveis.

Esses programas são integrados com o objetivo de apoiar o desenvolvimento rural sustentável, garantir a segurança alimentar, promover práticas agrícolas ecológicas e melhorar a qualidade de vida das populações no campo, com especial atenção aos assentados da reforma agrária, comunidades tradicionais, mulheres rurais e jovens. Eles representam uma resposta às necessidades das populações rurais para a superação de desafios históricos, como a falta de assistência técnica qualificada, a exclusão social e o acesso limitado a mercados e recursos.

## **4 POLÍTICAS E PROGRAMAS PÚBLICOS DE ATER DE BASE AGROECOLÓGICA NO GOVERNO FEDERAL**

A política de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) de base agroecológica no atual governo Lula apresenta perspectivas promissoras, alinhadas com o fortalecimento da agroecologia, da segurança alimentar e da sustentabilidade no campo. Essas ações se fundamentam em diretrizes governamentais, teorias do desenvolvimento sustentável e na retomada de programas estratégicos para a agricultura familiar.

Conforme apresentamos anteriormente, atualmente o Brasil conta com uma série de políticas públicas e programas que têm como objetivo promover a sustentabilidade e o desenvolvimento social das populações rurais, em especial dos agricultores familiares, assentados da reforma agrária e comunidades tradicionais, e que, para tanto, incluem serviços de Ater.

É importante observar que nenhum desses programas trata exclusivamente da promoção de serviços de Ater para assentamentos rurais, embora todos os programas indiquem a necessidade de prestação de serviço de Ater, como podemos ver, por exemplo, no Decreto nº 11.586/2023 que regulamenta a concessão de créditos de instalação aos beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), em que diz que:

Art. 5º Para fazer jus às modalidades de créditos de instalação, exceto a modalidade apoio inicial, as unidades familiares beneficiárias apresentarão projeto técnico, individual ou coletivo, elaborado por: I - serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER assentamentos estão recebendo assistência técnica, é do nosso conhecimento que este serviço é ausente para muitas famílias assentadas. Assim, ficam limitadas as possibilidades de melhorar as condições gerais de produção agrícola e evitar o êxodo rural. Significa também ausência de ações de capacitação para o uso de tecnologias e de recursos necessários para a melhoria da produção, comercialização e beneficiamento agroindustrial para o desenvolvimento sustentável das unidades familiares.

**QUADRO 2 – Programas de Ater de base agroecológica no atual Governo Federal do período de 2023-2024**

<b>PROGRA- MA</b>	<b>REFERÊ N-CIA</b>	<b>FINALIDADE</b>	<b>BENEFICIÁRIOS</b>	<b>ÓRGÃO RESPON- SÁVEL</b>	<b>RECURS O DESTINA- DO (R\$)</b>
ATER Bem Viver Semiárido	Edital de chamada pública Nº 002/2023	Fomentar a produção agroecológica de alimentos saudáveis, a recuperação dos ecossistemas dos biomas da região semiárida e o desenvolvimento rural sustentável conforme os lotes aqui definidos para determinados territórios e regiões e quantidade de beneficiários(as).	Agricultores familiares, comunidades tradicionais, e assentados da reforma agrária	Anater MDA	Financiamentos públicos e privados, podendo variar.
Da Terra à Mesa	Edital de Chamamento Público nº 01/2024	Fortalecer a agricultura familiar, promoção da segurança alimentar, valorização da produção local, redução do desperdício e impacto ambiental.	Agricultores familiares e produtores rurais de pequena escala.	MDA	35 milhões

Fonte: elaborado pela autora a partir de dados da pesquisa (2024).

Em nosso levantamento documental, cujos resultados são apresentado acima, identificamos apenas dois programas que tratam exclusivamente de Ater, sendo eles o Bem Viver Semiárido e o Da Terra à Mesa.

O Programa Bem Viver Semiárido - Ater para Produção de Alimentos Saudáveis e Recuperação de Biomas na Região Semiárida, lançado em 2023 pelo edital de chamada pública nº 002/2023. Este programa visa “[...] fomentar a produção agroecológica de alimentos saudáveis, a recuperação dos ecossistemas dos biomas da região semiárida e o desenvolvimento rural sustentável conforme os lotes aqui definidos para determinados territórios e regiões e

quantidade de beneficiários(as)” (MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO E AGRICULTURA FAMILIAR, 2023).

O Ater Bem Viver é um programa do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), criado em 2023, com o objetivo de promover práticas sustentáveis no meio rural, especialmente no Semiárido brasileiro. Faz parte de uma série de políticas públicas voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar e a transição agroecológica, alinhado ao compromisso do governo Lula de promover o desenvolvimento rural sustentável e inclusivo. Esse programa busca capacitar agricultores familiares, assentados da reforma agrária, povos indígenas e comunidades tradicionais, com foco na diversificação da produção, recuperação ambiental e geração de renda sustentável. E, embora não tenha uma lei específica que o institua, o programa está vinculado às diretrizes da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) e aos objetivos estabelecidos pelo Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), retomado no atual governo. São os principais objetivos do programa Ater Bem Viver:

- Promover a agroecologia: incentivar a transição agroecológica e práticas sustentáveis no campo;
- Inclusão social: garantir a participação de mulheres (50%) e jovens (20%) nas ações;
- Fortalecer a agricultura familiar: apoiar a diversificação da produção e o acesso a mercados institucionais, como o PAA e o PNAE;
- Recuperação ambiental: implementar práticas que promovam a preservação e o uso racional dos recursos naturais;
- Melhoria da qualidade de vida: estimular o protagonismo das comunidades rurais na gestão de suas atividades produtivas e sociais.

Ações que o Programa prevê:

- Capacitação técnica para agricultores e técnicos extensionistas em práticas agroecológicas;
- Apoio à recuperação ambiental, incluindo a conservação de solo e água;
- Estruturação de cadeias produtivas sustentáveis;
- Incentivo à produção para segurança alimentar e mercados institucionais;
- Acompanhamento técnico contínuo, com metodologia participativa e territorializada.

O Ater Bem Viver é considerado um marco no esforço para conciliar desenvolvimento econômico e sustentabilidade no campo, buscando fortalecer os laços entre políticas públicas, sustentabilidade ambiental e justiça social.

O programa Da Terra à Mesa, lançado em 2024 pelo Governo Federal, é uma iniciativa que promove a transição agroecológica e a produção sustentável no campo. Busca fortalecer a agricultura familiar, reduzir a dependência de agroquímicos e fomentar cadeias produtivas baseadas em práticas sustentáveis. Embora ainda não tenha sido regulamentado por uma lei específica, o programa está alinhado às políticas já existentes, como a Lei nº 12.188/2010, que estabelece a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), central para a execução de programas de apoio técnico no meio rural; o Decreto nº 7.794/2012, que institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) e as regulamentações vinculadas ao Plano Safra, que ampliam linhas de crédito e incentivo à produção agroecológica.

Esse programa utiliza editais de chamamento público para selecionar projetos apresentados por Organizações da Sociedade Civil (OSCs) e tem os seguintes objetivos:

1. Incentivar a transição agroecológica em propriedades rurais;
2. Capacitar agricultores familiares e técnicos em práticas sustentáveis;
3. Reduzir o uso de insumos químicos na produção de alimentos;
4. Fortalecer cadeias produtivas locais com enfoque em alimentos saudáveis e justiça social;
5. Apoiar mulheres e jovens no protagonismo de ações produtivas;
6. Estruturar a produção agrícola familiar, garantindo acesso a equipamentos, insumos e capacitações técnicas;
7. Fomentar a economia local, com apoio direto a organizações da sociedade civil e cooperativas;
8. Capacitar agentes de Ater para disseminar conhecimentos agroecológicos de forma sistemática.

O programa inclui financiamento via editais, como o recentemente lançado para organizações sociais como “Da Terra à Mesa – Por um Brasil com mais alimentos agroecológicos”, e ações específicas para mulheres, jovens, indígenas e quilombolas. Uma meta central é fortalecer cadeias produtivas, respeitando a diversidade socioeconômica e ambiental das regiões beneficiadas. Para 2024, o edital destina R\$ 35 milhões para financiar iniciativas que incentivem práticas agroecológicas e a produção de alimentos saudáveis. Essas ações fazem

parte de uma estratégia mais ampla alinhada às políticas nacionais de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) e de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER). O programa também promove a valorização de economias locais e a inclusão produtiva de populações vulneráveis, como pequenos agricultores, quilombolas e indígenas

A descrição desses programas revela que a Ater é crucial para o desenvolvimento de novas tecnologias agrícolas e para a sustentabilidade da produção, e que pode envolver parcerias com instituições de ensino e pesquisa, organizações não governamentais e cooperativas, que ajudam a disseminar boas práticas e tecnologias apropriadas ao contexto local.

A assistência técnica nos assentamentos da reforma agrária continua sendo um campo em evolução, com foco crescente em práticas sustentáveis, inclusão social e fortalecimento da autonomia dos assentados. A integração com programas de inovação social e tecnológica, como a agroecologia e a agricultura regenerativa, está se tornando tendência para garantir a sustentabilidade a longo prazo.

Por isso, a contratação e disponibilização de serviços de ATER para as famílias assentadas é parte crucial das políticas públicas voltadas para a reforma agrária e o desenvolvimento rural sustentável no Brasil, pois podem apoiar as famílias assentadas na implementação de práticas agrícolas sustentáveis, na gestão de recursos naturais e na inclusão social, além de promover a capacitação e a organização dos assentados para melhorar sua produtividade e qualidade de vida.

Os movimentos sociais do campo, como o MST e outros, reivindicam uma Ater com enfoque agroecológico. A agroecologia é uma abordagem que integra a produção agrícola com a preservação ambiental e a justiça social, propondo capacitar as famílias assentadas em práticas produtivas e organizativas que aumentem sua renda e melhorem sua qualidade de vida.

Por isso, concordamos também que, no contexto dos assentamentos rurais, a Ater é fundamental para orientar práticas produtivas sustentáveis e fortalecer a autonomia das famílias, garantindo que os assentamentos não sejam apenas áreas de ocupação, mas territórios produtivos e sustentáveis. Esses elementos evidenciam a necessidade de políticas públicas integradas para transformar os assentamentos em espaços de efetiva cidadania e desenvolvimento rural. No entanto, muitas vezes é a Ater convencional que chega nos assentamentos, reproduzindo práticas agrícolas tradicionais voltadas à produção, o que pode ser inadequadas para o contexto dos assentamentos, especialmente quando se busca um modelo mais justo e sustentável, baseado na diversificação de culturas e de sistemas produtivos sustentáveis, reduzindo a dependência de insumos externos.

Fortalecimento da soberania alimentar, garantindo a produção de alimentos saudáveis para o consumo local e para a comercialização; organização coletiva para o beneficiamento e

escoamento da produção, incluindo feiras agroecológicas e participação em políticas públicas como o PAA e o PNAE.

#### **4.1 Perspectivas de Retomada de Ações, Serviços e Políticas Agrárias e Agrícolas com ênfase na Agroecologia no Governo Federal**

##### *a) Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER)*

O governo Lula anunciou a retomada e o fortalecimento da PNATER (2004), por meio do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA). Essa política prioriza a transição agroecológica, focando na diversificação produtiva, na conservação ambiental e na inclusão social. De acordo com Altieri (1995), a agroecologia é uma abordagem que vai além da produção agrícola, englobando aspectos sociais, ecológicos e econômicos, sendo base teórica fundamental para as ações do governo.

##### *b) Fortalecimento do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo)*

O governo Lula também está revitalizando o Planapo, que articula políticas públicas para fomentar a produção orgânica e agroecológica. Autores como Blessmann (2007) destacam a importância de políticas estruturadas que apoiem a transição para sistemas agroecológicos, reforçando a soberania alimentar e a resiliência climática.

##### *c) Integração com Programas Estratégicos: Ater Bem Viver e Da Terra à Mesa*

Programas como o “Ater Bem Viver” e o “Da Terra à Mesa” são fundamentais para a operacionalização das diretrizes agroecológicas, apoiando a transição produtiva, especialmente em comunidades tradicionais e assentamentos. Segundo Guzmán e Molina (2006), a integração entre políticas públicas e práticas locais é essencial para garantir a sustentabilidade de iniciativas agroecológicas.

##### *d) Investimento em Capacitação e Inclusão Social*

O governo aposta em ações de capacitação, priorizando mulheres, jovens e povos tradicionais, como prevê o Ater Bem Viver. Conforme Fernandes (2000), a inclusão social no

contexto da extensão rural potencializa o protagonismo dos agricultores e fortalece a autonomia das comunidades rurais.

No entanto, apesar das iniciativas promissoras, desafios como a falta de recursos financeiros e conflitos políticos ainda podem dificultar a expansão dos serviços de Ater e de políticas que fomentem, de modo amplo e sistemático, a transição agroecológica nos assentamentos rurais.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo permite compreender o contexto histórico e político da trajetória da Ater no Brasil e o cenário atual da Ater no contexto do governo em vigor, levando-me ao entendimento de que a Ater é crucial para diversas finalidades, como: promover a sustentabilidade ambiental, apoiando a adoção de práticas agroecológicas que conservem os recursos naturais e aumentem a resiliência climática; fortalecer a agricultura familiar e os assentamentos rurais, contribuindo para sua autossuficiência alimentar e viabilidade econômica; reduzir desigualdades no campo, facilitando o acesso dos agricultores a mercados, políticas públicas (PNAE, PAA), e tecnologias inclusivas; e incentivar a organização comunitária, valorizando o cooperativismo e redes de solidariedade como estratégias para agregar valor à produção e melhorar as condições de vida no campo.

Os resultados evidenciaram avanços significativos na formulação de políticas públicas para a promoção da agroecologia, da inclusão social e do apoio técnico para agricultores familiares. No entanto, sabemos que ainda se destacam lacunas importantes, como a insuficiência de recursos e a falta de implementação de um programa de Ater que garanta maior cobertura e tenha caráter permanente para a agricultura familiar, incluindo as necessidades específicas dos assentamentos rurais.

São necessários novos estudos que investiguem os impactos que a integração de tecnologias digitais pode gerar para inovações no campo por meio das políticas de Ater. Assim, conclui-se que a consolidação de uma política de Ater mais inclusiva e eficiente é fundamental para o fortalecimento da agricultura familiar e a promoção de desenvolvimento rural sustentável.

## REFERÊNCIAS

- ALTIERI, M. A. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Programa "Da Terra à Mesa"**. [S.l.:s.d.]. Disponível em: <https://www.gov.br/mda/pt-br>.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Lei nº 12.188/2010 – Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER)**. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br>.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Decreto nº 7.572/2011 – Programa Bolsa Verde**. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br>.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER)**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2003. Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br>.
- BRASIL. **Portal Brasil: políticas públicas**. [S.l.:s.d.]. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br>.
- CAPORAL, F. **A agroecologia e a extensão rural**. São Paulo: Editora da Unesp, 2004.
- FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- FIGUEROA, A. **Reforma agrária no Brasil: mitos e realidades**. São Paulo: Cortez, 2006.
- FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Tradução de Rosiska Darcy de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2017: resultados preliminares**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>.
- INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). **Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Disponível em: <https://www.incra.gov.br>.
- LEITE, J. B. **A assistência técnica e extensão rural no Brasil: evolução e perspectivas**. Brasília: Editora do Incra, 2012.
- SCHNEIDER, S. **Reforma agrária e desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- WANDERLEY, M. de N. B. **O mundo rural como categoria de pensamento**. Brasília: Editora Unesp, 2009.